UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA (Ipol)

PLANO DE ENSINO
2º/2025

Disciplina: Tópicos Especiais em Ciência Política 1
Código: POL0021
Turma: **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E ORÇAMENTO PÚBLICO** (Turma 2)
Horário: Sexta-feira – 14h às 17h50m
Local: PJC BT 012.
Professor: Danilo Bijos (danilo.bijos@yahoo.com.br)
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7840566243523755

❶ EMENTA

Estado e planejamento. Planejamento Estratégico Situacional (PES). Planos setoriais. Ciclo orçamentário. Plano Plurianual (PPA). Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Lei Orçamentária Anual (LOA). Orçamento e políticas públicas. Orçamento e política fiscal. Pacto federativo. Orçamento e endividamento público. Orçamento e responsabilidade fiscal. Conflitos distributivos na receita e na despesa pública. Emendas parlamentares. Orçamento impositivo.

❷ OBJETIVOS

O exercício do planejamento é inevitável na estrutura e no funcionamento do Estado. Por sua vez, todas as atividades estatais, em todos os níveis de governo, Poderes e órgãos constitucionais, dependem inevitavelmente do orçamento público. Nessa perspectiva, o objetivo principal do curso é fornecer uma visão panorâmica, abrangente e fundamentada dos princípios que regem o planejamento e como conhecimento das engrenagens orçamentárias podem ser um diferencial para refletir sobre as políticas públicas, as relações intergovernamentais e, de modo especial, sobre a dinâmica de interação entre o Executivo e o Legislativo. Complementarmente ao compromisso geral do curso, são objetivos específicos:

① Compreender o que é o planejamento e o seu lugar na gestão pública;

② Pensar as políticas públicas à luz do planejamento governamental;

③ Conhecer as características fundamentais do PPA, LDO e LOA;

④ Perceber as receitas e as despesas públicas como expressões e limitações da ação governamental; e

⑤ Conhecer os aspectos críticos da gestão orçamentária.

❸ Metodologia

O conteúdo da disciplina será desenvolvido prioritariamente por meio de aulas expositivas. Eventualmente, e buscando ilustrar os temas abordados, bem como para aprofundar tópicos específicos, poderão ser organizados debates, dinâmicas de grupo, leituras dirigidas e recursos audiovisuais, especialmente cinematográficos (filmes e documentários).

❹ Avaliação

O desempenho dos alunos será mensurado a partir das notas obtidas em atividades individuais, trabalhos em grupo e provas. A participação nas aulas, além de ser estimulada, também será objeto de avaliação.

Programação de Avaliações

Avaliação	Pontos
Prova Intermediária	10
Prova Final	10
Seminário Temático	10
Exercícios	10
Participação	10

Os casos de fraude na realização das provas serão punidos com extremo rigor, implicando em nota igual a zero. Além disso, o professor comunicará o acontecimento à coordenação do curso para as devidas providências. O uso não identificado de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) será considerado fraude.

A nota final será calculada com a média das notas das avaliações acima. Para o caso dos exercícios, cuja realização será preferencialmente durante as aulas, havendo mais de 3 aplicações, somente as três maiores notas serão consideradas na média parcial. A atividade relacionada ao seminário temático será organizada após a definição do número de alunos na disciplina.

Conforme o Regimento Geral da UnB, a nota final na disciplina será calculada no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, e as menções serão atribuídas de acordo com o seguinte quadro de equivalências:

Menções	Equivalências Numéricas
SS	9,0 a 10,0
MS	7,0 a 8,9
MM	5,0 a 6,9
MI	3,0 a 4,9
II	0,1 a 2,9
SR	Zero

É aprovado na disciplina o aluno com menção igual ou superior a MM.

A frequência mínima exigida nas aulas é de 75% do período letivo. As justificativas às faltas não devem ser confundidas com abono. A justificativa é um ato de educação em que o aluno informa ao professor sobre sua ausência e busca se orientar sobre as formas de recuperar o conteúdo perdido. Salvo os casos de doença comprovada com atestado médico legível, as faltas não serão abonadas.

❺ Bibliografia

CONTI, José Maurício (coord.). **Orçamentos Públicos**: A Lei 4.320/1964 Comentada. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. 445 p.

FRIEDMAN, John. **Planning in the Public Domain**: From Knowledge to Action. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 1987. 501 p.

FURTADO, J. R. Caldas. **Direito Financeiro**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 685 p.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 19. ed. Barueri: Atlas, 2025. 349 p.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento Governamental**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Coletânea.

LIMA, Luciana Leite; PAPI, Luciana Pazini (org.). **Planejamento e Políticas Públicas**: Intencionalidades, Processos e Resultados. 1. ed. Porto Alegre: Jacarta, 2020. 323 p.

LOWI, Theodore J.. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, July/Aug. 1972.

MARTINS, Humberto Falcão. Administração para o Desenvolvimento: A Relevância em Busca da Disciplina. **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 8-18, maio/ago. 2017.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento & Governo**. 1. ed. Brasília: IPEA, 1993. 2 v.

MOTTA, Paulo Roberto. Administração para o Desenvolvimento: A Disciplina em Busca da Relevância. **Revista de Administração Pública**, v. 6, n. 3, p. 39-53, jul./set. 1972.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B.. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. 974 p.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventing Government**: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector. 1 .ed. Reading: Addison-Wesley, 1992. 405 p.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation**: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland. 3. ed. Berkeley: University of California Press, 1984. 281 p.

RITTEL, Horst W. J.; WEBBER, Melvin M.. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, v. 4, n. 2, p. 155-169, June 1973.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas Públicas**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2006. 2 v. Coletânea.

SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (org.). **Finanças Públicas**: da Contabilidade Criativa ao Resgate da Credibilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016. 308 p.

SALTO, Felipe Scudeler; PELLEGRINI, Josué Alfredo (org). **Contas Públicas no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 424 p. (Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas)

SANCHES, Oswaldo Maldonado. O Ciclo Orçamentário: Uma Reavaliação à Luz da Constituição de 1988. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 4, p. 54-76, out./dez. 1993.

SCOTT, James C.. **Seeing Like a State**: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. 1. ed. New Haven: Yale University Press, 1998. 445 p.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Capítulo 1: Elementos de Planejamento e Gestão

1.1. Pressupostos da Ação Planejada
1.2. O Lugar do Planejamento nos Ciclos de Gestão
1.3. Técnicas de Planejamento
1.4. Horizontes e Níveis de Planejamento
1.5. Planejamento e Controle

Capítulo 2: Planejamento Governamental

2.1. Legislação Brasileira
2.2. Planos Econômicos e Planos Setoriais
2.3. Ciclo Orçamentário e os Instrumentos Formais de Planejamento
2.4. Planejamento Centralizado × Participativo
2.5. Aproximações e Distanciamentos entre Planejamento e Políticas Públicas

Capítulo 3: O Plano Plurianual (PPA)

3.1. Previsão Legal, Finalidade e Conteúdo
3.2. Planos Setoriais e PPA
3.3. Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração Pública

3.4. Programas de Governo
3.5. Ações de Governo

Capítulo 4: A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

4.1. Previsão Legal, Finalidade e Conteúdo
4.2. Anexo de Prioridades e Metas
4.3. Anexo de Metas Fiscais
4.4. Anexo de Riscos Fiscais
4.5. Regras de Elaboração e de Execução Orçamentária

UNIDADE 2: ORÇAMENTO PÚBLICO

Capítulo 1: A Lei Orçamentária Anual (LOA)

4.1. Previsão Legal, Finalidade e Conteúdo
4.2. Princípios Orçamentários
4.3. Estrutura de Classificação da Receita e da Despesa
4.4. Relações de Equilíbrio e de Vinculação
4.5. Tramitação da LOA no Poder Legislativo

Capítulo 2: Receita Pública

2.1. Introdução
2.2. Princípios Tributários
2.3. Receita Tributária
2.4. Federalismo Fiscal: Impostos Federais, Estaduais e Municipais
2.5. Repartição da Receita Tributária
2.6. Estágios da Receita Tributária
2.7. Receitas Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais e de Serviços

Capítulo 3: Despesa Pública

3.1. Introdução
3.2. As Funções Sociais do Gasto Público
3.3. Estágios da Despesa
3.4. Pisos e Tetos
3.5. Vinculações e Desvinculações

Capítulo 4: Gestão Orçamentária

4.1. Execução do Orçamento
4.2. Bloqueios e Contingenciamentos
4.3. Créditos Adicionais
4.4. Orçamento Impositivo
4.5. Do Orçamento para o Endividamento